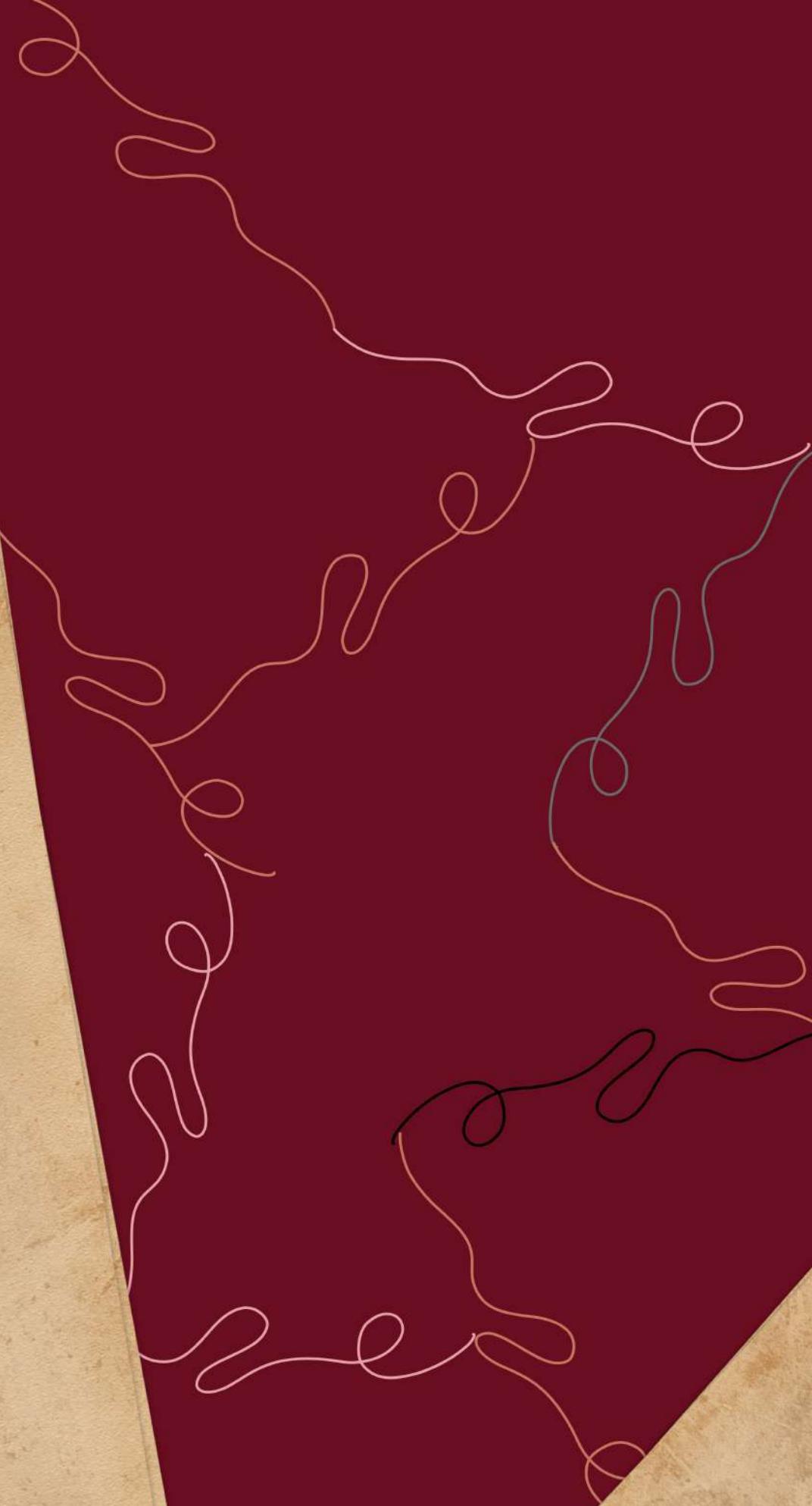


Revista Heródoto

SUPLEMENTO



2024

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e
Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e
suas Conexões Afro-Asiáticas
<http://mundoclassiconetado.unifesp.br/>

Suplemento, n. 1/dezembro de 2024 –
Brasil
Escola de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História



Imagen da capa disponível em:
<https://fineartamerica.com/art/herodotus>

Editor de Layout\Layout Editor
Prof. Glaydson José da Silva
sglaydson@hotmail.com
Prof. Filipe Noé da Silva
fnd.silva@udesc.br

Suporte Técnico\Technical Support
Glaydson José da Silva
sglaydson@hotmail.com

Responsável\Principal Contact
Glaydson José da Silva
mundoclassiconetado@unifesp.br

Heródoto [recurso eletrônico]: revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões afro-asiáticas / Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História . – v. 4, n. 2 (março 2016). – Guarulhos : UNIFESP/EFLCH, 2016-

Anual, v. 1, n.1 (2024)

ISSN 2448-2609

Modo de acesso: World Wide Web.
Disponível em: <<http://www.herodoto.unifesp.br>>

1. História Antiga - Periódicos. I. Universidade Federal de São Paulo.
Programa de Pós-Graduação em História. II. Universidade Federal de São Paulo.
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas. Suplemento, Número 1 - dezembro/2024 Unifesp/Guarulhos/Brasil.

EQUIPE EDITORIAL - EDITORIAL STAFF EDITORS-IN-CHIEF

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

EDITOR ASSOCIADO - ASSOCIATE EDITOR

Prof. Filipe Noé da Silva, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

EDITORES DO SUPLEMENTO - SUPPLEMENT EDITORS

Augusto Antônio de Assis, Mestrando em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Francisco de Assis Sabadini, Doutorando em Arqueologia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Lucas Arantes Lorga, Mestrando em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Victor Barone, Mestre em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Victoria Lacerda, Mestrando em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

AVALIADORES - REVIEWERS

Prof. Airton Brazil Pollini Junior, Université de Haute Alsace, França

Prof. Anderson de Araujo Martins Esteves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Heródoto, Suplemento, Unifesp, Guarulhos, n. 1, 2024. p. 01-05

DOI: 10.34024/herodoto.2024.v1.20047

Prof. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Profa. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Profa. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil
Profa. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Delfim Leão, Universidade de Coimbra, Portugal
Profa. Esther Paglialunga, Universidad de los Andes, Venezuela
Prof. Fábio Augusto Morales, Pontifícia Universidade Católica (Campinas), Brasil
Prof. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Prof. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Ivan Esperança Rocha, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Prof. José Antonio Alves Torrano, Universidade de São Paulo, Brasil
Profa. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Julio César Mendonça Gralha, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Profa. Kátia Maria Paim Pozzer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Profa. Leonor Santa Bárbara, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Profa. Lorena Lopes da Costa, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil
Prof. Manuel Albaladejo Vivero, Universidad de Valencia, Espanha
Profa. Margaret Marchiori Bakos, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Profa. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Profa. Maria Cecilia Colombani, Universidad de Morón, Argentina
Profa. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Marcelo Rede, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Raquel dos Santos Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Profa. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Profa. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Renato Pinto, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Profa. Silvia Calosso, Universidad Nacional del Litoral, Argentina
Profa. Typhaine Haziza, Univeristé de Caen, França
Prof. Uiran Gebara, Universidade de São Paulo, Brasil
Prof. Vagner Cavalheiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil

CONSELHO EDITORIAL EDITORIAL ADVISORY BOARD

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Julio César Magalhães de Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

EDITORIAL

Atenta às dinâmicas da comunidade acadêmica, a revista Heródoto, por meio deste, anuncia a criação de seu Suplemento. Este espaço será destinado à publicação de Notas de Pesquisa de discentes de mestrado e doutorado, com os resultados parciais das investigações em andamento. Desse modo, além de contemplar a enorme demanda de publicação na revista, visa-se atender à necessidade de comunicar à área as mais recentes atualizações.

O primeiro número, ora publicado, é fruto dos profícuos debates e discussões desenvolvidos na sétima edição do Simpósio Temático “Antiguidade e Modernidade: usos do passado”, organizado pelo Prof. Dr. Glaydson José da Silva (UNIFESP) e pela Prof^a. Dr^a. Renata Senna Garraffoni (UFPR) no âmbito do 32º Simpósio Nacional de História, que teve lugar em São Luís-Maranhão, entre os dias 16 e 21 de julho de 2023. Organizado por Renata Cerqueira Barbosa, a edição conta com três excelentes contribuições que exemplificam a linha editorial a ser adotada pelo Suplemento.

Com entusiasmo, convidamos toda a comunidade acadêmica à apreciação do material!

Augusto Antônio de Assis, Francisco de Assis Sabadini, Lucas Arantes Lorga,
Victor Barone & Victoria Lacerda

Os editores do Suplemento

APRESENTAÇÃO

Desde 2016, a Heródoto, Revista do Grupo de Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões Afro-asiáticas, tem se voltado à divulgação de estudos dos contatos, identidades e das relações entre o local e o global, bem como, das circularidades culturais presentes nas temáticas atuais. Em formato bilíngue, a Revista objetiva alcançar leitores oriundos de todas as regiões do globo buscando uma maior interação entre as publicações nacionais e internacionais.

Em seu nono ano, a Revista inova, apresentando o Suplemento voltado à publicação de Notas de Pesquisas de jovens discentes pertencentes aos programas de Mestrado e Doutorado, com trabalhos inovadores e necessários para se pensar questões voltadas tanto à antiguidade, quanto à contemporaneidade.

Nesta edição, as Notas de Pesquisa de Sara Camila Barbosa dos Anjos apresentam o desenvolvimento da crítica literária ambiental aplicada ao estudo das antiguidades com o intuito de compreender como a ecocrítica aborda as relações entre natureza e cultura. Tal reflexão ecológica, permite que certos documentos antigos, como a Epopéia de Gilgámesh sejam lidos de uma perspectiva que busca refletir sobre a natureza e seu processo de constituição em termos histórico-culturais. Gabriela Isbaes, ao procurar compreender as possibilidades de protagonismo feminino no campo profissional, mobiliza fontes epigráficas e iconográficas da Península Itálica em uma abordagem plural acerca da mulher e sua atuação na esfera econômica da sociedade, tema que se mantém em voga no cenário atual. Por fim, George Augusto da Silva, ao refletir a respeito das relações de poder no interior dos Cristianismos, possibilita um dimensionamento das disputas internas face às inúmeras propostas teológicas para a corporificação de uma ortodoxia da cristandade, em especial, o discurso agostiniano no tocante à formulação de uma Teologia da História por meio de sua obra intitulada *A Cidade de Deus*.

Com o desejo de uma boa leitura, reforçamos o convite para novas contribuições.

Renata Cerqueira Barbosa

ABORDAGENS ECOCRÍTICAS DAS ANTIGUIDADES: A FACE DE HUMBABA NA *EPOPEIA DE GILGÁMESH*

Sara Camila Barbosa dos Anjos¹

Resumo

O texto propõe uma crítica ao antropocentrismo das metodologias tradicionais de estudo das antiguidades (mesopotâmica e greco-romana). Após delinear uma breve revisão bibliográfica, revisita trabalhos recentes de ecocrítica aplicados a esses campos de estudo. Em seguida, oferece uma contribuição a esse debate, mostrando como uma perspectiva ecológica suscita uma outra compreensão de um episódio central da *Epopéia de Gilgámesh*: a destruição de Humbaba, Guardião da Floresta de Cedros.

Palavras-chave

Assiriologia; Estudos Clássicos; Ecocrítica.

¹ Mestranda em Estudos Literários – Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Jacyntho Lins Brandão. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7574-7289>. E-mail: scbanjos@gmail.com.

Abstract

The text proposes a critique of the anthropocentrism of traditional methodologies for studying antiquities (Mesopotamian and Greco-Roman). After outlining a brief bibliographical review, it revisits recent ecocritical works applied to these fields of study. Then it offers a contribution to this debate, showing how an ecological perspective raises another understanding of a central episode in the *Epic of Gilgamesh*: the destruction of Humbaba, Guardian of the Cedar Forest.

Keywords

Assyriology; Classical Studies; Ecocriticism.

Introdução

A institucionalização moderna dos Estudos da Antiguidade Clássica combina duas vertentes de abordagem do passado : 1) a mais tradicional, de base humanista, reivindica o papel modelar que o estudo da civilização greco-romana tem a desempenhar de forma clássica e atemporal, em termos artístico-culturais, ético-morais e mesmo científico-filosóficos; 2) a mais recente, de base historicista, defende que o estudo da história tem por finalidade o conhecimento objetivo do passado, levando em conta suas especificidades contextuais, a partir de uma diferença radical com o presente. Ambas entram como linhas de força nos trabalhos de diferentes estudiosos da Antiguidade do século XIX em diante, operando em prol de uma concepção positivista de ciência cujo objetivo principal consiste em submeter a natureza e a cultura ao domínio do homem. Essa dominação aparece de formas diversas tanto nas leituras do material antigo quanto em suas fundamentações teóricas modernas. Nesse sentido, tais leituras frequentemente reduzem aspectos de potencial disruptivo presentes na cultura material antiga, devido à perspectiva marcada por um viés pretensamente científico e humanista – “civilizatório” e “moderno” –, mas cujos compromissos estão alinhados a ideologias predatórias, como o patriarcado e o capitalismo.

A cultura material da Antiguidade, ou melhor das antiguidades – se considerarmos outras culturas antigas –, é mais complexa do que essas metodologias se mostram capazes de apreender e, por isso, frequentemente sofrem um processo sistemático de mutilação. Percebendo essas limitações, estudiosas e estudiosos têm se apoiado em epistemologias advindas de outras áreas e vivências para propor formas renovadas de abordar o material antigo. Para ilustrar como isso se dá no âmbito de um tema vasto e complexo como o que diz respeito à natureza, recorremos a marcos teóricos do pensamento ecocrítico e ecológico, que têm avançado com sucesso esse tipo de pesquisa nas últimas décadas, inclusive nas áreas dedicadas aos estudos das culturas antigas, como a assiriologia (culturas do Oriente Próximo) e os estudos clássicos (cultura greco-romana).

O desenvolvimento da crítica literária ambiental começou, nesses termos, na década de 1970 com Joseph Meeker, em *The Comedy of Survival: Studies in Literary Ecology* (1972), e com o ensaio de William Rueckert, “*Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*” (1978). Este último forjou a noção de “ecocrítica”, que se tornou um termo abrangente para os modos de crítica literária que lidam com as relações entre natureza e cultura de uma perspectiva crítica. Cheryll Glotfelty, em sua introdução “*Literary Studies in an Age of Environmental Crisis*”, para o livro *The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology* (1996), organizado em colaboração com Harold Fromm, propõe que a ecocrítica é o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico.

A ecocrítica tem uma abordagem centrada na terra para os estudos literários. [...] Apesar do amplo escopo de investigação e níveis díspares de sofisticação, toda crítica ecológica compartilha a premissa fundamental de que a cultura humana está conectada ao mundo

físico, afetando-o e sendo afetada por ele. A ecocrítica toma como tema as interconexões entre natureza e cultura, especificamente os artefatos culturais da linguagem e da literatura. Como postura crítica, tem um pé na literatura e outro na terra; como discurso teórico, ele negocia entre o humano e o não-humano. A ecocrítica pode ainda ser caracterizada em distinção a outras abordagens críticas. A teoria literária, em geral, examina as relações entre escritores, textos e o mundo. Na maioria das teorias literárias, “o mundo” é sinônimo de sociedade – a esfera social. A ecocrítica expande a noção de “mundo” para incluir toda a ecosfera. Se concordarmos com a primeira lei da ecologia de Barry Commoner, segundo a qual “tudo está conectado a tudo o mais”, devemos concluir que a literatura não flutua acima do mundo material em algum éter estético, mas, em vez disso, desempenha um papel em um sistema global imensamente complexo, em que a energia, a matéria e as ideias interagem. (Glotfelty, 1996: xviii-xix)

Christopher Schliephake editou recentemente o livro *Ecocriticism, Ecology, and the Cultures of Antiquity* (2017), que conta com diversos capítulos propondo leituras ecocríticas de obras da Antiguidade greco-romana, incluindo reflexões sobre autores como Hesíodo, Arato, Lucrécio, Sêneca etc. Em sua introdução ao volume, ele sumariza inúmeras das questões relativas à análise de obras antigas se valendo de teorias ou perspectivas modernas, ou seja, centradas nas questões e discursos da Modernidade. Segundo Schliephake (2017: s.p.): “A ecocrítica propõe mostrar como a natureza nunca foi apenas o pano de fundo para os processos culturais da construção de significado simbólico, mas foi central para qualquer exploração literária do mundo.” Essa abordagem busca examinar os pontos de contato entre o humano e o não-humano – de uma perspectiva não antropocêntrica –, tentando construir formas diferenciadas de se relacionar com a Terra, a ecosfera, com Gaia. Generalizações devem ser evitadas, mas em vez de impor concepções modernas de ecologia de forma muito acrítica ao pensamento antigo, valeria a pena reler os textos antigos de uma perspectiva que reavalia a presença dos agentes e personagens não-humanos. A leitura atenta é uma ferramenta indispensável nesse contexto e existem inúmeros estudos que integram metodologias pós-humanistas em suas respectivas abordagens (Schliephake, 2017: s.p.).

A reflexão ecológica permite que certos documentos antigos, como a Epopeia de Gilgámesh, a Epopeia da Criação Babilônica, Teogonia, As Metamorfoses, entre outros, sejam lidos de uma perspectiva capaz de reconhecer a centralidade de sua reflexão sobre a natureza e seu complexo processo de constituição, em termos não apenas geográficos, mas histórico-culturais. Ao oferecer um nível elevado de agência à matéria circundante do cosmo, em narrativas que concebem elementos da natureza como personagens divinas capazes de interagir umas com as outras, essas obras suscitam um excelente objeto para análises ecocríticas. Compreender como os autores antigos lidam com esse tipo de interações em seus contextos específicos constitui uma área frutífera de pesquisa capaz de promover maior interdisciplinaridade. Ao partir de uma leitura atenta das intrincadas estruturas retóricas e linguísticas dos próprios textos antigos, essa abordagem não apenas evita o perigo de replicar conceitos ambientais modernos, mas pode revelar os antigos modos discursivos da ecologia literária (Schliephake, 2017: s.p.).

Uma obra fundamental para as análises ecológicas, ambientais ou centradas na terra para os estudos clássicos é *Ovid's Metamorphoses and the environmental imagination*, editado por Francesca Martelli e Giulia Sissa (2023), que tem por objetivo rastrear alguns dos significados ecológicos implícitos nas histórias de Ovídio e observá-los à luz de diversas linhas da ecocrítica contemporânea. As pesquisadoras defendem na introdução que “as Metamorfoses ilustram uma premissa fundamental de grande parte do pensamento ambiental ou ecológico moderno ao mostrar a relação altamente porosa entre ‘natureza’ e ‘cultura’” (Martelli; Sissa, 2023: 1).

Esse mesmo processo de reflexão ecológica que ocorre nos estudos clássicos, ainda quando não se usa a “etiqueta” ecológica, pode ser observado também na assiriologia. Como observa Robert Pogue Harrison, em *Forests: The Shadow of Civilization* (1992):

O que nos interessa sobretudo na *Epopéia de Gilgámesh* é o fato de o primeiro antagonista de Gilgámesh ser a floresta. Em todas as versões principais da história, a maior façanha do herói figura como sua longa jornada de Uruk até a Montanha Cedros para matar o guardião da floresta, Huwawa. (Harrison, 1992: 14)

Assim sendo, é possível compreender os mitos figurados nesse e em outros textos antigos como representações discursivas e simbólicas de variadas questões da ecosfera.

A recente tradução brasileira desse texto (realizada por Jacyntho Lins Brandão e publicada em 2017) recebeu uma resenha intitulada “Nós que o abismo vemos” (2021), na qual os resenhistas Carlos Germán Meza e Ildo Sauer fazem o seguinte comentário sobre a jornada de Gilgámesh a partir de uma análise centrada na ecologia:

O primeiro grande momento do poema narra a criação de Enkídu – personificação de um caçador-coletor – que tem como predestinação divina enfrentar o rei de igual para igual e controlar a grandeza e os abusos terrenais de Gilgámesh. Gilgámesh personifica o grande reino urbano/agrário e Enkídu, o caçador-coletor, nu, quase-humano, que vive com hordas de outros animais. Enkídu, finalmente, é separado da sua forma de vida e atraído à cidade, ensinado a consumir o trigo produzido na forma de pão e de cerveja, “marcas da vida civilizada” da grande cidade que para os babilônios “é a única instituição sem a qual a civilização seria impossível”. A ancestral horda humana se dobrava à ‘civilização’ agrária, complexa e supernumerária. [...] A continuidade do poema narra como o casal (Gilgámesh e Enkídu) abate Humbaba, guardião do estoque de carbono da floresta de cedros, monstro criado pelo amo e senhor da energia necessária para a fotossíntese: o Deus Utu (Sol). Com o assassinato do Humbaba, é concretizada a destruição da floresta: “... Amigo meu, a terra nua reduzimos a floresta...” disse Enkídu a Gilgámesh. A então gesta heroica dos astros seria hoje equivalente ao assassinato de Chico Mendes para eliminar o guardião ‘simbólico’ da Amazônia e permitir a consumação do crime ambiental. No entanto, é importante reconhecer que garantir a biomassa vegetal para a cidade de Úruk equivaleria, atualmente, a garantir o fornecimento dos combustíveis fósseis e a eletricidade para as nossas cidades. (Meza; Sáuer, 2021: 2).

Com eles acompanhamos a estepe, a Floresta de Cedros, as assembleias, o mundo subterrâneo, a cidade de Uruk, o pomar etc. Todas as personagens-ambientes se relacionam em diversas vias para compor a obra. Nas análises ecológicas devemos observar de que forma estamos conceptualizando termos como “natureza”, “cultura”, “animal” etc. Todos esses debates têm uma longa história (ou breve, se considerarmos um tempo não-humano, como a idade do planeta Terra). Em *Before Nature: Cuneiform Knowledge and the History of Science*, Francesca Rochberg aponta que “o que fazemos do ‘mundo natural’ é uma função direta do nosso momento particular na história, do nosso idioma cultural particular e da nossa imaginação” (Rochberg, 2016: 17).

Nesse sentido, Louise M. Pryke, em seu livro *Gilgamesh* (2019), no terceiro capítulo “*Animality and ecology*”, faz uma leitura ecológica do poema, analisando as representações das animalidades. Na Epopeia de Gilgámesh é apresentado um ‘mundo natural’ que é muito mais do que um cenário para as aventuras dos heróis. Como aponta Pryke (2019: 88), “o ambiente natural dá contexto às transições e ações dos heróis e desempenha um papel ativo na narrativa”. À medida que as personagens se movem nos espaços, esses locais as influenciam e transmitem informações acerca delas, criando, assim, uma cosmografia onde diversos elementos, como plantas, animais, monstros e divindades se aproximam e se afastam, numa dança épica. Natureza e civilização, como animalidade e divindade, existem em constante tensão uma com a outra na narrativa, e não como conceitos dicotômicos e simplórios.

Assim também já procedera Theodore Ziolkowski, em *Gilgamesh among us: Modern encounters with the Ancient Epic* (2012), quando, ao fazer um panorama da recepção da obra na modernidade, dedica seu quarto capítulo – intitulado “*The Contemporization of Gilgamesh* (1979-1999) – às principais abordagens propostas ao longo das décadas de 70, 80 e 90. Dentre elas, temos a de viés ecológico: “*Gilgamesh Drums for the Greens*”, na qual o “Green Movement” e sua preocupação ecológica de proteção ambiental contribuem nas releituras modernas da obra. No século XX, as tabuinhas contaram com edições críticas e novas traduções em línguas modernas (trabalhos monumentais da assiriologia) que impulsionaram sua disseminação junto um público cada vez maior e mais diversificado.

A *Gilgamania* da década de 1980 produziu várias obras de considerável qualidade estética que documentam a crescente familiaridade e popularidade da grande epopeia. Os poemas, dramas poéticos, romances e óperas ilustram quase paradigmaticamente a rapidez com que vários temas e interesses contemporâneos – que vão da psicanálise à ecologia, da desconstrução à religião, da racionalização histórica à intensa personalização – encontraram um veículo satisfatório no épico Sumério. (Ziolkowski, 2012: 146-147)

Discussão dos Resultados Parciais

O épico Sumério-Acádio, Ele que o abismo viu (*ša naqba īmuru*) ou Epopeia de Gilgámesh, cuja autoria se atribui a Sin-léqi-unnínni, é composto por 12 tabuinhas (ou 11, a depender da edição crítica). Para sumarizar um pouco a obra, trago uma parte da apresentação de Jacyntho Lins Brandão, estudioso e tradutor brasileiro, acerca da obra:

O que nele se narra é como Gilgámesh, o quinto rei de Úruk depois do dilúvio, passa por experiências existenciais marcantes que o levam a compreender os limites da natureza humana, os quais se impõem mesmo para alguém, como ele, filho de uma deusa e, por isso, dois terços divino e apenas um terço humano. É provável que ele tenha reinado de fato, por volta do século XXVII a.C., e que, em vista de seus grandes feitos, em especial a construção das muralhas de Úruk, se tenha desenvolvido em torno de seu nome as diversas narrativas heroicas que se conhecem a partir do século XXII a.C., inicialmente em sumério, em seguida em acádio. O texto que aqui se apresenta encontra-se no ápice do desenvolvimento desse ciclo heróico, devendo-se ao sábio Sin-léqi-unnínni a concatenação de tradições e narrativas anteriores num poema marcado por profunda reflexão antropológica. (Brandão, 2017: 13)

Essa profunda reflexão antropológica nos é colocada em diversos episódios da trama. Para exemplificar as questões trazidas nesse ensaio, trago alguns trechos da tabuinha 5, na qual nos deparamos com duas personagens extremamente interessantes: a Floresta de Cedros e Humbaba. Antes de observar como essas personagens estão presentes, vamos considerar quais as concepções de natureza para esse espaço-tempo, como Jospeh J. Azize, em “Wrestling as a Symbol for Maintaining the Order of Nature in Ancient Mesopotamia” (2002) aponta:

[...] muitas pessoas em nossa sociedade têm ideias diferentes de “natureza”. Mas na medida em que podemos falar de uma concepção recorrente no material mesopotâmico, pode-se dizer que, para eles, a “natureza” era um sistema orgânico no qual deuses, seres semidivinos, humanos e animais desempenhavam todos um papel. Se for assim, então eles tinham implicitamente um conceito de uma ordem da natureza como sendo mais do que a soma das suas partes, mas que poderia estar em perigo se as suas partes se destruíssem desenfreadamente umas às outras. Central para isso é a ideia de consumo: o selvagem se alimenta do doméstico, o humano consome os recursos da natureza em geral, e – embora lidar com isso pudesse nos levar muito longe do assunto – o divino se alimenta das oferendas que os humanos fazem nas casas dos deuses. Também legitimamente, dentro deste ponto de vista, os deuses protegem a sua floresta de cedro da exploração indevida e os humanos protegem seus animais domésticos dos predadores. Em conclusão, este ensaio terá valido a pena se demonstrar que a civilização da antiga Mesopotâmia desenvolveu uma visão ecológica do mundo, mesmo que, tal como nós, ter essa perspectiva e vivê-la fossem duas coisas diferentes. (Azize, 2002: 22)

Essa visão ecológica do mundo pode ser observada também na cultura material. No período de Uruk (3.800-2.800 a.C.), a agricultura e a pecuária já haviam sido desenvolvidas na região de Uruk, o espaço da civilização na narrativa da Epopeia de Gilgámesh. Os templos no centro da economia nas cidades do sul da Mesopotâmia armazenavam grãos e mantinham grandes rebanhos de animais não humanos. O templo era um centro de redistribuição através do qual a economia fluía. O Vaso Uruk oferece uma rara visão de um sistema interligado, quase um nicho ecológico, no qual divino, animal e vegetal convivem.



Imagen 01: o vaso de Uruk, Museu do Iraque, disponível em: [Warka vase \(background retouched\)](#) - [Warka Vase - Wikipedia](#)

Deste modo, tendo em vista as relações entre esses elementos, vamos observar como a tabuinha 5 se inicia com a imponente imagem e sons da Floresta de Cedros:

Ali estavam e olhavam a Floresta
De Cedros, observavam-lhe a altura,
Da floresta observavam-lhe a entrada:
Onde Humbaba caminhava ficara-lhe a pegada,
A senda arrumada e acolhedor o caminho.
Viram a montanha de cedros,
Morada de deuses, trono de deusas:
Na face da montanha os cedros mostravam abundância,
Doce sua sombra, plena de deleite,
Enredada de espinhos, a acobertada floresta.
[Frondoso] cedro, *ballúkku*: entrada não havia,
[Inúmeros] brotos por uma léguia – a floresta,
[Coberta de] cipreste por dois terços de léguia,
De até um sexto de peso a crosta fixa nos cedros.
Resina ressuda como chuva que chove
E vai, levam-na canais.
(5, 1-16, trad. Jacyntho Lins Brandão)

A primeira coisa que eles fazem é contemplar a floresta, a qual é descrita longa e detalhadamente. O cedro chega aos céus, sua sombra é doce e deleitável, a sua fragrância espalha-se pelos campos e vem das montanhas para aspersão de água em ritos de purificação. Essa montanha de cedros é a casa de deuses e deusas. O texto também exalta outras plantas, como *ballíkkku* (uma árvore cuja identificação não conhecemos, bem como de uma substância aromática produzida a partir dela). A beleza do cedro é profundamente apreciada e o seu uso reconhecido, juntamente com a necessidade de o cortar em certas ocasiões, mesmo que apenas para retirar raminhos para uso em ritos.

Por toda a floresta passarinho a pipilar,
---- a responder, uma voz a chilrear.
Solitária cigarra clamor inicia,
---- canta ---- sibila,
Pombo arrilha, rola responde,
---- tartaruga, rejubila a floresta.
[Cacareja] galinha, rejubila a floresta luxuriante,
Macaca canta, filhotes de macaco guincham,
Como um grupo de músicos e tambores:
Dia a dia ressoam em face de Humbaba.
(5, 17-26, trad. Jacyntho Lins Brandão)

Essa floresta luxuriante tem seu próprio grupo musical, repleto de espécies cantantes. Passarinho, cigarra, pombo, rola, tartaruga, galinha, macaca e macaquinhas cantam. E essa música ressoa na face de Humbaba. A pegada de Humbaba (no verso 4) e a face de Humbaba (no verso 26), ou seja, seus pés e cabeça/rosto, são as primeiras aparições da sua corporalidade: ele é mais um ser pertencente a essa personagem composta que é a Floresta de Cedros.

Humbaba/Huwawa parece ter sido percebido de diversas maneiras ao longo da história da Mesopotâmia (assim como a Medusa na história da Grécia). Embora ele não seja apresentado exatamente como uma divindade nessa obra, ele foi assim tratado em outros materiais mesopotâmicos da mesma época. Um ser divino monstruoso protetor, sendo um clássico símbolo apotropaico, a cabeça com os dentes à mostra. O uso dessa face com esses traços e função apotropaica parece remontar à pré-história, tendo continuidade na Grécia com a face da Medusa, cujos elementos iconográficos, até onde se pode retroceder, dependem de Humbaba (Brandão, 2017: 187).

Humbaba, como a Medusa, era representado frontalmente – mais que de perfil –, mas com as pernas de perfil. Frequentemente é representado apenas por sua cabeça; além disso, de modo semelhante à Medusa, Humbaba é retratado com uma boca que delinea uma careta e duas fileiras de dentes. Quando apresentado de corpo inteiro, frequentemente assume a pose *knielaufen* – a pose com o joelho flexionado. (Dexter, 2010: 34-36)



Imagen 02: Terracota. Humbaba. De Ur, Iraq. 2004–1595 a. C. Sulaymaniyah Museum, Iraq.

Gilgámesh e Enkídu destroem, matam Humbaba, guardião da Floresta de Cedros, e são punidos pelos deuses por isso, o que acarreta a morte de Enkídu e a jornada enlutada de Gilgámesh em busca da imortalidade (e a decorrente aceitação da própria mortalidade). O corte da cabeça de Humbaba representa, poeticamente, o desmatamento da Floresta de Cedros (Harrison, 1992: 16-17). Cumpre ressaltar que o traço mais saliente de Humbaba é a face e essa “face de Humbaba” é caracterizada pelo nariz de base estreita e ponta grossa, além dos olhos muito grandes (Brandão, 2017: 187).

Enkídu abriu a boca para falar, disse a Gilgámesh:
Amigo meu, a Humbaba, guardião da Floresta de Cedros,
Destroi-o, mata-o, sua ordem faz desaparecer!
A Humbaba, guardião da Floresta de Cedros,
destrói-o, mata-o, sua ordem faz desaparecer,
Antes que o saiba o preeminente Énlil
E fúria contra nós concebam os grandes deuses,
Énlil em Níppur, Shámask em Larsa,
[...] (5, 224-230, trad. Jacyntho Lins Brandão)

Um dos pontos centrais da presente argumentação em prol do emprego de uma perspectiva teórica ecocrítica para ler e interpretar textos antigos pode ser colocado nos seguintes termos: apesar de o assassinato de Humbaba e o desmatamento da Floresta de Cedros serem conhecidos e interpretados há mais de um século pelos estudiosos, o antropocentrismo da epistemologia acadêmica moderna impediu que Gilgámesh e Enkídu fossem vistos como os assassinos e criminosos que de fato são. Emblemático disso é que, apesar de uma assembleia dos deuses ser descrita na decisão de punir com a morte um dos dois responsáveis pela ação criminosa (que inclui ainda o assassinato do Touro do Céu), gerações de leitores altamente especializados não foram capazes de compreender o texto com o mínimo de cuidado porque a passagem pressupunha

uma perspectiva desafiadora de seus pressupostos antropocêntricos e seus ideais heroicos masculinos.

Considerações Finais e Horizontes de Pesquisa

Aqui ainda poderíamos nos perguntar pelo sentido da “face de Humbaba”, em suas conexões com a face de Medusa. Afinal, por que essas figuras monstruosas, desafiadoras das certezas humanas, assumem funções apotropaicas tanto na sociedade mesopotâmica quanto na grega? Em Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno, do livro Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo, organizado por Jason W. Moore (2022), Donna Haraway faz uma sugestão instigante para quem quer pensar a potência dessas faces monstruosas e apotropaicas:

Precisamos de outra figura, mil nomes de outra coisa, para irromper do Antropoceno em direção a outra história grande o suficiente. Mordida em uma floresta de sequoias pela aranha *Pimoa cthulhu*, quero propor a Medusa serpentina e as muitas mundificações inacabadas de seus antecedentes, afilhados e descendentes. Talvez Medusa, a única Górgona mortal, possa nos levar aos holobiomas de Terrápolis e aumentar nossas chances de jogar as embarcações do século XXI dos Heróis em um recife de coral vivo em vez de permitir que eles suguem a última gota de matéria fóssil da rocha morta. (Haraway, 2022: 86-87)

Mordida por uma serpente no rio Eufrates, quero propor Humbaba, guardião da Floresta de Cedros, e as muitas mundificações inacabadas de seus antecedentes, afilhados e descendentes. Talvez a face de Humbaba, o guardião da Floresta, possa nos levar aos holobiomas de Terrápolis e aumentar nossas chances de destruir as motoserras do século XXI dos Heróis invasores da floresta amazônica em vez de permitir que eles matem a última árvore.

Ao tentar observar as histórias das sociedades humanas e todas as outras espécies que tornam sua existência possível, a teia complexa da vida nos permite propor uma abordagem mais capaz de apreender as interconexões de saberes, disciplinas e realidades existentes na ecosfera. Nossa proposta então é considerar aspectos mais amplos tanto no sentido espacial quanto no sentido temporal. Uma vez que a modernidade se constitui a partir de uma fragmentação da vida em muitos e diferentes setores, a forma de resistir aos desastres perpetrados pela modernidade é justamente reconstituir esses fios cortados. Superar essa fragmentação é talvez uma via rizomática frutífera para apreender um pouco melhor as nuances da existência.

Referências Bibliográficas

- AZIZE, Jospeh J. Wrestling as a Symbol for Maintaining the Order of Nature in Ancient Mesopotamia. *Journal of Ancient Near Eastern Religions*. Leiden: Brill, v. 2, n. 1, 2002, p. 1-26.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Sin-léqi-unninni, Ele que o abismo viu: Epopeia de Gilgámesh*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- DEXTER, Miriam Robbins. The Ferocious and the Erotic: ‘Beautiful’ Medusa and the Neolithic Bird and Snake. *Journal of Feminist Studies in Religion*. Bloomington: Indiana University Press, v. 26, n. 1, 2010, p. 25-41.
- GLOTFELTY, Cheryll. Introduction: Literary Studies in an Age of Environmental Crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (ed.); *The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology*. Athens; Georgia: University of Georgia Press, 1996.
- HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Trad. Antônio Xerxesky, Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022.
- HARRISON, Robert Pogue. *Forests: The Shadow of Civilization*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.
- MARTELLI, Francesca; SISSA, Giulia. Introduction. In: MARTELLI, Francesca; SISSA, Giulia (ed.). *Ovid's Metamorphoses and the environmental imagination*. New York: Bloomsbury Academic, 2023.
- PRYKE, Louise M. *Gilgamesh*. London; New York: Routledge, 2019.
- ROCHBERG, Francesca. *Before Nature: Cuneiform Knowledge and the History of Science*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.
- SCHLIEPHAKE, Christopher. Introduction. In: SCHLIEPHAKE, Christopher (ed.). *Ecocriticism, Ecology, and the Cultures of Antiquity*. Lanham; Boulder; New York; London: Lexington Books, 2017.
- ZIOLKOWSKI, Theodore. *Gilgamesh among Us: Modern Encounters with the Ancient Epic*. New York: Cornell University Press, 2012.

AS PROFISSÕES FEMININAS NO PRINCIPADO ROMANO: PERSPECTIVAS DE ESTUDO A PARTIR DA CULTURA MATERIAL

Gabriela Isbaes¹

Resumo

A pesquisa em desenvolvimento visa compreender as possibilidades de protagonismo feminino no campo profissional durante o Império Romano (séculos I a.C. a II d.C.). Para tanto, são mobilizadas fontes epigráficas e iconográficas da Península Itálica, nas quais buscam-se mulheres de diferentes grupos sociais, a fim de que haja uma abordagem plural acerca do ser mulher na Roma imperial, bem como sobre as possibilidades de atuação dessas na esfera econômica da sociedade.

Palavras-chave

Mulheres romanas; Protagonismo feminino; Arqueologia.

¹ Doutoranda em História – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6287-4884>. E-mail: gaby.isbaes@gmail.com.

Abstract

The ongoing research aims to understand the possibilities of female agency in the professional field during the Roman Empire (1st century BC to 2nd century AD). For this purpose, epigraphic and iconographic sources from the Italian Peninsula are being mobilized, seeking women from different social groups to provide a pluralistic approach about the women in the Imperial context and their potential roles in the economic sphere of the society.

Keywords

Roman Women; Female agency; Archaeology.

Introdução

Desde a segunda metade do século XX, as narrativas sobre a Roma Antiga encaram um período de reescrita, fundamentado nas novidades teóricas apresentadas pela vertente culturalista da História. Nesse processo, são alargadas as produções sobre o período, que passam questionar a importância dos enfoques até então restritos à história política, às conquistas militares e às fontes literárias. Assim, há uma ênfase em múltiplas temporalidades, localidades, temáticas e personagens, dentre os quais se destacam as mulheres, encaradas agora como peça-chave para a compreensão do mundo romano.

O desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres romanas ocorre em diálogo com os feminismos, que no final do século XX procuraram levantar debates acerca da omissão das mulheres na história, a fim de realocar seus lugares nas narrativas e as colocar como protagonistas das mais variadas tramas. Nesse sentido, e em acordo com Lourdes Feitosa (2014: 243-244), é possível afirmar que a inserção das reflexões sobre as personagens femininas no campo historiográfico promoveu não apenas a construção da história das mulheres, mas sim, toda uma revolução no modo de formular o pensamento, que passa a considerar muito mais a multiplicidade – de narrativas, de personagens, de teorias, de abordagens e de fontes para a realização das pesquisas.

Ao seguir tais pautas, hoje consolidadas na historiografia sobre a Roma Antiga, a pesquisa em desenvolvimento objetiva compreender, a partir da análise de vestígios epigráficos e iconográficos, quais atividades profissionais foram desenvolvidas pelas mulheres romanas no espaço urbano. Para a pesquisa, o recorte temporal estipulado foi o que corresponde aos primeiros séculos do Império Romano (I a.C. a II d.C.), haja vista que, nesse período se observa uma maior estabilidade política, conhecida como *Pax Romana*, bem como ocorreram mudanças culturais que ampliaram, até certo ponto, as esferas de participação das mulheres na sociedade (Cantaella, 2016: 424). Dentre elas, podemos considerar a aumento dos casamentos no formato *sine manu*, modelo que permitia às mulheres a gestão de seus patrimônios e, portanto, reduzia o controle de seus maridos sobre essa esfera de suas vidas (Lóven, 2016: 888; Cantaella, 2016: 425).

No que diz respeito à espacialidade, as fontes buscadas pertencem à região da Península Itálica, haja vista a abundância de materiais iconográficos e epigráficos catalogados nessa localidade, o que corrobora com a proposta de mapear diversas possibilidades profissionais para as mulheres romanas. Nesse sentido, cabe evidenciar que não se visa um estudo exaustivo das fontes, ou a compilação de um vasto *corpus* documental orientado para uma única profissão ou personagem, mas sim, a coleta de exemplares que possam atestar a existência de múltiplas formas protagonismo feminino no âmbito profissional na sociedade do Principado. Ademais, o intuito é o de promover uma visão acerca da cultura romana e da forma como eram encaradas as mulheres que atuavam fora do

espaço do lar e dos estereótipos previstos para as matronas, não sendo o objetivo principal realizar um estudo focado na economia da Roma Antiga.

Opta-se pela utilização das fontes arqueológicas, posto que, é por meio delas, que os estudos sobre as mulheres na antiguidade puderam se desenvolver com maior força, tendo em vista o caráter no geral elitista e masculinizante das fontes escritas. Dominic Montserrat (2000: 166) e Sarah Vanderploeg (2016: 23) explicitam que a cultura material não apenas reflete as diversidades de gênero, como também auxilia na construção dessas relações. Ou seja, são materiais que comunicam práticas sociais, relações de poder e discursos. Nesse sentido, os itens que estão sendo estudados na pesquisa, ao fazerem parte do mundo material romano, auxiliaram a refletir e a reforçar as relações de gênero sustentadas nessa sociedade, bem como demonstraram convenções e práticas que moldaram as subjetividades dos indivíduos. Portanto, são fontes necessárias para que alcancemos as tramas cotidianas das mulheres antigas em suas mais variadas nuances (Gaia, 2023: 07).

Apesar da relevância dos vestígios iconográficos, como as pinturas parietais e relevos, para Claudio Carlan e Filipe Silva (2020: 1474), as epigrafias são uma das melhores formas de obter informações sobre as profissões na economia urbana, por nos aproximarem das pessoas comuns e de seus cotidianos. Em diálogo com Pedro Paulo Funari (2008: 88), por fontes epigráficas entendemos “inscrições de todo tipo, monumentais em pedra, mas também cursivas parietais, incisas ou pintadas nas paredes ou nos vasos de cerâmica, estampilhas em tijolos ou ânforas, grafites em todo tipo de suporte”.

Ademais, são mobilizados referenciais teóricos que dialogam com a crítica feminista e com os estudos de gênero voltados à antiguidade. O amparo em tais discussões permite compreender as diversidades nas formas de se subjetivar e de resistir empreendidas pelas mulheres romanas, em meio a uma sociedade que tinha o patriarcado em suas bases. Como as fontes trabalhadas são arqueológicas, as teorias relacionadas à Arqueologia de Gênero também são trazidas, posto que esta defende práticas e análises que valorizam o entendimento da vida das mulheres por meio da cultura material (Spencer-Wood, 2006: 303-304).

As fontes para desenvolvimento da pesquisa estão sendo buscadas em obras de referência sobre o tema, bem como em arquivos disponibilizados em meios digitais. No caso das epigrafias, os registros são encontrados no *Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL)*, que consiste em um conjunto de compilações das inscrições em latim, criado em 1847, a partir de uma iniciativa do historiador alemão Theodor Mommsen. Hoje, o *CIL* conta com 17 volumes que, em conjunto, catalogam mais de 100 mil inscrições que compreendem os três diferentes períodos políticos pelos quais é tradicionalmente dividida a história romana. Por sua abrangência temática e territorial, a consulta física ao *CIL* seria um tanto exaustiva. Contudo, dispomos de vários arquivos virtuais com o acervo do *CIL*.

todo compilado, dos quais tem-se optado por utilizar o *Epigraphic Database Roma*². Nesse acervo digital, as buscas podem ser feitas por meio de diversos filtros, que permitem selecionar palavras-chave (temos utilizado palavras em latim que remetem às profissões das mulheres, algumas delas apresentadas na próxima seção), território, temporalidade, além de os resultados trazerem dados de catalogação, transcrições e fotografias das epigrafias escolhidas. Ou seja, por meio dos acervos digitais, há a possibilidade de expansão do acesso à informação e da construção do conhecimento sobre o passado romano (Funari, 2019: 36).

Para os materiais iconográficos da pesquisa, conta-se, do mesmo modo, com acervos disponíveis na internet, sobretudo os de museus que, no geral, fornecem catalogações dos documentos, assim como ocorre a consulta a obras de referência ao tema. Dessa maneira, são buscadas nas fontes, menções ou representações diretas do trabalho feminino realizadas por mulheres de diferentes *status jurídicos* e classes sociais.

Discussão dos resultados parciais

Os estudos sobre a economia romana não são uma novidade na historiografia. Desde o século XIX, temos a presença desse tópico nas discussões desenvolvidas por historiadores interessados no mundo antigo. Ainda assim, de início, e em consonância com as abordagens historiográficas vigentes no período, a análise era pautada nos documentos escritos, por meio dos quais buscava-se compreender qual teria sido a natureza da economia romana. Assim, após a realização de diversas leituras sobre o tema, chegamos à conclusão de que, apesar de muito abundantes, a maioria dos estudos desenvolvidos desde o século XIX até a década de 1990 estiveram voltados à controvérsia Bücher-Meyer, ou seja, ao debate entre primitivistas e modernistas (Andreau, 2015: 101). De forma muito simplista e resumida, para os primeiros, as economias antigas eram arcaicas, visavam apenas a subsistência e não possuíam redes de mercado, sendo que foram Karl Bücher, no século XIX, e Moses Finley, no século XX, seus maiores defensores. Em contrapartida, para os modernistas, que tinham Eduard Meyer e Mikhail Rostovtzeff como figuras de referência, as economias antigas possuíram semelhanças com as economias capitalistas modernas, sendo, assim, verdadeiras economias de mercado (Andreau, 2015: 102-103; Cardoso, 2011: 20, 23; Carlan; Silva, 2020: 1472).

A leitura de referências que discutiam sobre a controvérsia entre os estudiosos da economia romana se deu, haja vista a necessidade de compreender qual era a situação do mercado de trabalho romano durante o Principado, para que, a partir disso, pudéssemos analisar a participação feminina nele. Ainda assim, observamos e concordamos com a tendência dos estudos mais recentes, que se encontram orientados em tecer críticas à controvérsia Bücher-Meyer e a trazer novas interpretações sobre a economia romana. Essas abordagens, como atestado

² Disponível em: <http://www.edr-edr.it/default/index.php>. Acesso em: 03 out. 2023.

por Alan Bowman e Andrew Wilson (2009: 08-09), não no sentido de tomar o Império romano como algo singular, que não pode ser comparado às economias capitalistas atuais. Ademais, os autores concordam que não há como criar uma fórmula única para explicar as relações econômicas desenvolvidas entre os romanos, haja vista a sua vasta existência e territorialidade, as quais pressupõem nuances regionais e temporais nas formas de organização dessas relações. Nesse sentido, poderia ter havido momentos e espaços com economias unificadas, assim como várias pequenas economias em conexão, sendo necessário o estudo de cada caso em particular. Destarte, procuramos priorizar uma abordagem que evidencie o papel dos indivíduos no campo do trabalho, ou seja, que olhe para os cotidianos, para a cultura, para as subjetividades inseridas nessa lógica.

Ademais, a expansão da utilização das fontes arqueológicas, tem mostrado perspectivas muito mais alargadas acerca da economia romana (Cardoso, 2011: 20). Isso porque, ao contrário do que acontece com os registros literários, os quais, no geral, carregam visões masculinas, da elite, e estereotipadas sobre as mulheres, os vestígios arqueológicos permitem adentrar no cotidiano dessas personagens e de tantos outros grupos (Treggiari, 1979: 65). Ademais, apresentam uma maior quantidade de informações sobre a atuação das mulheres no campo profissional, de modo que tem servido como amparo para o alargamento dos estudos nessa área. Por meio delas, atesta-se que, durante o Império, foram várias as atividades laborais desenvolvidas pelas mulheres (Gaia, 2023: 16). Segundo Funari, Carlan e Duprat (2019: 71-72):

A cultura material é o resultado direto do trabalho humano e, por isso, seu estudo se impõe como ponta de lança nas recentes pesquisas sobre a economia romana. Os artefatos e o rico material epigráfico recuperado têm fomentado pesquisas que oferecem um quadro mais representativo das atividades econômicas desenvolvidas.

Pela tendência supracitada, os estudos sobre a Roma Antiga omitiram, durante muito tempo, a participação feminina no setor econômico e profissional (Vanderploeg, 2016: 01). Como atesta Hillary Becker (2016: 916), a visão de que as mulheres desempenhavam poucas funções profissionais entre os romanos está diretamente ligada à ideia contida na historiografia, e que também atinge as opiniões de senso comum, de que os homens deveriam ser os protetores e provedores do sustento da família. Ou seja, eles seriam os encarregados de exercer atividades que gerassem rendimentos ou formas de subsistência. Nessa perspectiva, defendia-se que as profissões domésticas teriam sido as mais apropriadas às mulheres, e a sua participação na economia teria ficado restrita ao espaço da casa.

Por outro lado, por meio das leituras realizadas até o momento, percebemos que as produções acadêmicas que demonstram preocupação com o trabalho feminino na antiguidade romana não são tão recentes quanto se supunha de início. Um dos estudos pioneiros na área é o de Joel Le Gall, que em 1970 publicou o artigo “*Métiers de femmes au Corpus Inscriptionum Latinarum*”, o qual conta com a compilação de algumas inscrições epigráficas romanas que abordavam o trabalho feminino. Uma década depois, Susan Treggiari escreveu “*Lower class*

Heródoto, Suplemento, Unifesp, Guarulhos, n. 1, 2024. p. 20-31.

DOI: 10.34024/herodoto.2024.v1.20048

women in the roman economy", texto que abriu espaço para que os debates sobre as mulheres na economia pudessem se destacar, sendo referência até hoje por sua abordagem das classes subalternas.

Assim, se tomarmos o fato de que os trabalhos supracitados têm cerca de cinco décadas, a tentativa de estudar os ofícios femininos na Roma Antiga pode parecer pouco inovadora. Contudo, a importância em continuar a se debruçar sobre o tema está na perspectiva de alargamento desse campo, por meio da ampliação das fontes e das formas de abordagem. Por isso, se faz necessária a contribuição das epistemologias feministas e de gênero, que ainda não apareciam nos primeiros estudos sobre o assunto, para que haja uma ênfase no protagonismo feminino e na contestação da imagem de que as mulheres se dedicavam apenas a trabalhos domésticos ou relacionados ao cuidado (Berdowski, 2007: 284). Mesmo diante das limitações e hierarquias às quais o seu gênero era submetido, elas conseguiram subverter a essas imposições e servir em uma ampla gama de setores e cargos profissionais na sociedade (Becker, 2016: 924). Ainda, apesar de observarmos estudos abundantes sobre o tema em cenário internacional, constatamos que, até o momento, a pesquisa brasileira na área está em processo de avanço (ver: Duprat, 2017; Silva; Rodrigues, 2021; Gaia, 2023), de modo que há espaço para contribuições como a que se pretende nesse estudo.

Como atestam Susan Treggiari (1979) e Hillary Becker (2016), grande parte das informações sobre as mulheres na economia a que temos acesso advêm das inscrições encontradas em lápides funerárias, sobretudo aquelas pertencentes ao período do Alto Império (séculos I a.C. a III d.C.). Nesse sentido, por meio da análise de algumas epigrafias e pinturas selecionadas até o momento, revisitadas à luz dos debates que permeiam a historiografia atual (Funari, 2008: 88), constata-se uma variedade de profissões desempenhadas pelas mulheres na Península Itálica durante o período romano. Dentre elas, podemos citar: *ornatrix* ou *tonstrix* (cabeleireira), *piscatrix* (vendedora de peixes), *purpuraria* (que trabalhava com púrpura), *negociatrix* (relacionadas aos negócios, comerciante), *lanifcae* e *lanipenda* (que trabalhava com tecelagem, com lã), *sutrix* (sapateira), *paedagoga* (professora, geralmente escravizada), *gemmaria* (joalheira), *medica* (médica), *obstetrix* (parteira), *ungentaria* (perfumista), *vestiaria* (que vendia roupas), entre inúmeras outras (Mano, 2010: 40; Gaia, 2023: 17). Alguns dos exemplos coletados podem ser vistos abaixo, nas inscrições 1 e 2.

 <p>Cone. Min. BB. AA. CC., divieto di riproduzione</p>	<p>Inscrição 1</p> <p>Identificação: Inscrição tumular. 1-50 d.C. Assisi, Perúgia. Museo Comunale. Dimensões: 666 x 959.</p> <p>Inscrição: <i>Mimisia C(ai) l(iberta) Dionysia sarcinatrics.</i></p> <p>Tradução nossa: Mimisia, liberta de Caio, costureira de Dionisia.</p> <p>Referência: <i>Epigraphic Database Roma</i>. CIL 11, 05437 (1) Disponível em: http://www.edr-edr.it/edr_programmi/view_img.php?id_nr=025387&lang=en. Acesso em: 15 out. 2023.</p>
 <p>Cone. Min. BB. AA. CC., divieto di riproduzione</p>	<p>Inscrição 2</p> <p>Identificação: Inscrição tumular, mármore. 1-50 d.C. Roma, Via Labicana. Museo Nazionale Romano, inv. 60911. Dimensões: 1455 x 1074.</p> <p>Inscrição: <i>Primilla ornatrix.</i></p> <p>Tradução nossa: Primilla, cabeleireira.</p> <p>Referência: <i>Epigraphic Database Roma</i>. CIL 06, 39481, cfr. p. 4071 (1). Disponível em: http://www.edr-edr.it/edr_programmi/view_img.php?id_nr=072668&lang=en. Acesso em: 15 out. 2023.</p>

Tabela 01: inscrições 1 e 2.

Uma das pretensões do estudo é a de tentar mapear qual o *status jurídico* ou as classes sociais as quais essas mulheres pertenciam, tarefa que tem se mostrado possível, mas difícil. Isso porque, as fontes materiais escolhidas nem sempre apresentam clareza nas informações. No caso das epigrafias, muitas delas contêm, além do nome e da profissão desempenhada pela mulher citada, a sua condição de liberta ou escravizada, o que nos auxilia na compreensão da questão jurídica. Ainda assim, existem aquelas que não trazem esse tipo de informação, de modo que, em um primeiro momento, seríamos tentados a colocá-las como mulheres livres, o que não é correto, pois quem realizou a inscrição pode ter desejado ou achado pouco importante informar a situação da pessoa homenageada, de modo que seria equivocado fazer suposições. Nesses casos, é preciso analisar outras informações contidas nessas inscrições, bem como o contexto na qual foram encontradas, os quais tem ajudado a identificar uma maior quantidade de dados.

Nas pinturas, a diferença entre classes sociais fica mais evidente por meio da observação das vestimentas, dos ambientes e das interações que as personagens fazem entre si, as quais denotam diferentes tipos de relações. Contudo, nesse caso, também é difícil atestar qual teria sido o *status jurídico* das profissionais

retratadas, e até mesmo os dados de catalogação, que poderiam auxiliar na compreensão das figuras e do contexto de achado dos materiais iconográficos, nem sempre estão completos.

Cabe ressaltar que, algumas profissões, mesmo que existentes, são pouco mencionadas nas inscrições e na cultura material de forma geral, como é o caso das donas de tavernas, das musicistas e das prostitutas (Becker, 2016: 916; Vanderploeg, 2016: 23). Isso se deve ao fato de que tais profissões carregavam um grande estigma social, de modo que expor não era interessante para a imagem pessoal (Treggiari, 1979: 70). Todavia, como pretende-se abarcar as diversas camadas sociais da sociedade romana e as diferentes profissões femininas, os ofícios mais estigmatizados também estão sendo buscados nas fontes utilizadas no estudo. Neste caso, por exemplo, algumas pinturas encontradas no Lupanar, considerado um dos prostíbulos do sítio arqueológico de Pompeia, têm se mostrado frutíferas em trazer percepções acerca das profissionais ligadas ao sexo (Imagem 01), assim como grafites do mesmo local, que mencionam o envolvimento das mulheres nessa profissão (ver Feitosa, 2005).



Imagen 01: cena de encontro amoroso. Lupanar do sítio arqueológico de Pompeia (VII, 12,18)

Ademais, é importante refletir sobre as motivações que teriam levado as mulheres a desenvolverem atividades profissionais. De acordo com Deivid Gaia (2023: 19), ao final da República e no início do Império, as mortes causadas pelas guerras civis empreendidas por Roma na busca por novos territórios, levaram a um decréscimo na quantidade de homens entre a população. Isso fez com que as mulheres passassem a ter que gerir seus próprios patrimônios e até mesmo a desempenhar funções remuneradas para garantir o sustento de suas famílias. Ainda assim, se seguíssemos apenas por essa lógica, estaríamos mais uma vez reforçando a ideia de que apenas os homens eram os responsáveis pelo sustento familiar, ao passo que ficariam as mulheres ligadas ao cuidado do lar. Essa, contudo, poderia não ser a realidade das mulheres menos abastadas, que precisavam auxiliar na complementação dos rendimentos, em vista da subsistência familiar. A motivação também poderia vir do desejo dessas mulheres em gerir seus bens e ter maior autonomia financeira. Vindas de diferentes camadas da sociedade, cada uma dessas mulheres teve motivos muito particulares que as levaram a buscar a vida profissional, assim como os empregos e atividades que aceitavam desempenhar.

Considerações finais e horizontes de pesquisa

Até o momento, atesta-se que as abordagens defendidas pela historiografia atual acerca da economia romana têm trabalhado no sentido de superar o foco nos entraves entre primitivistas e modernistas, voltando-se ao diálogo com os estudos culturais e com a diversidade de abordagens sobre o tema. Ademais, em diálogo com as epistemologias feministas e de gênero, tem-se reconhecido o papel das mulheres nesse campo, assim como a variedade de profissões as quais essas poderiam ter se dedicado e as suas possibilidades de protagonismo.

Mesmo que não neguemos a existência do patriarcado nas configurações sociais romanas e a imposição de certos padrões comportamentais às mulheres dessa sociedade, desejamos enfatizar também as possibilidades de subversão da norma exercidas por essas personagens. Assim, para Gaia (2023: 10), não nos cabe tecer o papel das mulheres como vítimas da história e da historiografia que as omitiram. Em contrapartida, devemos enfatizar seus protagonismos, atuações, resistências e construções ao longo de todo esse processo.

Para o futuro da pesquisa, prevê-se o alargamento da quantidade de materiais selecionados, bem como a organização e análise detalhada destes, para que se possa traçar, com maior fundamentação, o papel desenvolvido pelas mulheres no campo profissional. Assim, pretende-se demonstrar como eram variadas as suas formas de atuação nessa esfera e como, por meio disso, é possível contestar as narrativas tradicionais acerca das figuras femininas romanas.

Referências bibliográficas

ANDREAU, Jean. A economia romana era uma economia de mercado? *Phoenix*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 02, 2015, p. 99-116.

BECKER, Hilary. Roman women in the urban economy. Occupations, social connections, and gendered exclusions. In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (Orgs.). *Women in antiquity. Real women across the ancient world*. Londres: Routledge, 2016, p. 915-931.

BERDOWSKI, Piotr. Some remarks on the economic activity of women in the roman empire: a research problem. In: BERDOWSKI, Piotr; BLAHACZEK, Beata (Orgs.). *Haec mihi in animis vestris templa: studia clássica in memory of Professor Lesław Morawiecki*. Rzeszów: Institute of History at The University of Rzeszów, 2007, p. 283-298.

BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew. Quantifying the Roman Economy: integration, growth, decline? In: BOWMAN, Alan; WILSON, Andrew (Orgs.). *Quantifying the Roman Economy. Methods and problems*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 03-84.

CANTAELLA, Eva. Women and patriarchy in Roman Law. In: PLESSIS, Paul J.; ANDO, Clifford; TOURÍ, Kaius. *The Oxford Handbook of Roman Law and Society*. Oxford University Press: Oxford, 2016, p. 420-431.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Existiu uma "economia romana"? *Phoînix*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 01, 2011, p. 15-36.

CARLAN, Claudio Umpierre; SILVA, Filipe Noé. O protagonismo da cultura material nos estudos sobre a economia romana antiga: propostas e interpretações. In: REVILLA CALVO, Víctor et al. (Orgs.). *Ex Baetica Romam: homenaje a José Remesal Rodriguez*. Edicions de La Universitat de Barcelona: Barcelona, 2020, p. 1471-1484.

DUPRAT, Paulo Pires. Trabalho feminino na hispânia romana: preconceitos e resgates. *Hélade*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, 2017, p. 107-129.

FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. Teoria da História e questões de gênero na Antiguidade Clássica. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2014, p. 239-256.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARLAN, Claudio Umpierre; DUPRAT, Paulo Pires. *Arqueologia e economia antiga no Mediterrâneo: das origens à dominação romana*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios do passado a um toque. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 32, 2019, p. 33-40.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Fontes Arqueológicas. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 81-110.

GAIA, Deivid Valério. Mulheres, economia e finanças na Roma Antiga: desafios antigos e questões atuais. *Archai*, Brasília, v. 33, 2023, p. 2-38.

LE GALL, Joel. *Métiers de femmes au Corpus Inscriptionum Latinarum*. Revue des Études Latines, 1970, p. 123-130.

LÓVEN, Lena Larson. Roman motherhood. In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (Orgs.). *Women in antiquity. Real women across the ancient world*. Londres: Routledge, 2016, p. 885-894.

MANO, Sarah. Contrepoin. Identités féminines/identités professionnelles: la désignation des métiers de femmes dans la Rome ancienne. In: HANNE, Georges; LARIVIÈRE, Claire Judd de. *Noms de métiers et catégories professionnelles*.

Acteurs, pratiques, discours (XV siècle à nos jours). Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2010, p. 21-40.

MONTSERRAT, Dominic. Essay six: Reading gender in the Roman world. In: HUSKINSON, Janet (Org.). *Experiencing Rome. Culture, identity and power in the Roman Empire*. Londres: Routledge, 2000.

SILVA, Filipe Noé; RODRIGUES, Catarina de Faria. Mulheres alforriadas e o trabalho no Império romano: uma leitura a partir da epigrafia latina. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, Campinas, n. 37/38, 2021/22, p. 74-93.

SPENCER-WOOD, Suzanne M. Feminist research in Classical Archaeology. In: NELSON, Sarah Milledge (Org.). *Handbook of gender in Archaeology*. Berkeley: Altamira Press, 2006, p. 295-329.

TREGGIARI, Susan. Lower class women in the roman economy. *Florilegium*, New Brunswick, v. 01, 1979, p. 65-86.

VANDERPLOG, Sarah M. *The Real Housewives of Ancient Rome: Evidence for the Economic Contributions of Women*. Dissertação (Mestrado em Artes Clássicas), University of Western Ontario, Ontario, 2016.

OS CRISTIANISMOS DA TRADIÇÃO PATRÍSTICA EM DISPUTA AO LONGO DA BACIA MEDITERRÂNICA

George Augusto da Silva¹

Resumo

O presente artigo tem por norte apresentar uma discussão, em caráter preliminar, sobre a questão das relações do Cristianismo primevo, com ênfase nos séculos IV e V, entremeados na Bacia Mediterrâника que formavam polos de constituição de identidades cristãs – Hipona e Alexandria, no norte africano, Jerusalém, na Palestina, Antioquia, na Ásia Menor, e Roma, na Itália – e que se conflagravam como possibilidade de formar uma hegemonia na cristalização de uma ortodoxia da *Ecclesia* em construção naqueles períodos.

Palavras-chaves

Cristianismos; Poder; Patrística.

¹ Mestre em História Social – Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6519-0445>. E-mail: george.historiador@gmail.com.

Abstract

The purpose of this article is to present a preliminary discussion Christianity, with emphasis on the fourth and fifth centuries, intertwined in the Mediterranean Basin, which formed centers for the establishment of Christian identities – Hippo and Alexandria in North Africa, Jerusalem in Palestine, Antioch in Asia Minor and Rome in Italy – which conflagrated as a possibility of forming a hegemony in the consolidation of an orthodoxy of the *Ecclesia* under construction during those periods.

Keywords

Christianities; Power; Patristic.

Introdução

Na tentativa de viabilizar uma reflexão sobre o tema das relações de poder no interior dos Cristianismos, o estudo esforça-se por visualizar que, para além dos estudos tradicionais e historiográficos sobre as disputas exógenas com os grupos ditos heréticos, haviam disputas endógenas com os núcleos ditos não heréticos ou não cismáticos. Nesse ínterim, tem-se Agostinho de Hipona como um privilegiado interlocutor, um importante intelectual da Patrística latina, que dialogou, debateu e combateu diversas correntes de seu tempo sobre que princípios e métodos a “palavra de Deus” deveria chegar aos “não-convertidos”. Assim, na esteira de diversas ideias e pensadores da Patrística, as formulações agostinianas forneceram as bases do pensamento ocidental cristão para compreender e elaborar o que se convencionou chamar de doutrina cristã. Para aquele pensador, a Igreja tornou-se uma instituição privilegiada para propagar a fé cristã entre os chamados pagãos, bem como ser a depositária da Graça na missão de combater o mal e igualmente de qualquer doutrina errática que viesse ameaçar as “verdades cristãs”.

Diante disso, na tradição da Igreja, construiu-se a imagem em Agostinho como um combatente “incumbido” da tarefa de enfrentar os discursos supostamente heréticos de movimentos estranhos ao ordenamento cristão; por conseguinte, como essa tradição em disputa confere instrumentalização discursiva de vocalização de grupos em disputas no interior da Igreja na modernidade.

O foco das linhas que se seguem foi mostrar que a ideia de uma “unidade cristã” sempre foi uma problemática da tradição eclesiástica e que os novos estudos historiográficos têm permitido alguma concertação quantos aos polos católicos em conflito. Por isso, enseja-se aqui um dimensionamento das disputas internas face às inúmeras propostas teológicas para a corporificação de uma ortodoxia da cristandade, em especial, o discurso agostiniano no tocante à formulação de uma Teologia da História² por meio de sua obra intitulada *A Cidade de Deus*.

Discussão dos Resultados Parciais

Um dos temas importantes relacionados aos estudos da Igreja do período pós-apostólico é a questão da formação da hierarquia, com longos estudos sobre a dimensão hierárquica do primado papal. A Igreja do século IV, muitas vezes, é descrita por certos estudos eclesiásticos modernos, sobretudo, da tradição institucionalista francesa, como similar à Igreja medieval³.

² Por Teologia da História compreende-se a explicação metanarrativa da história apontando para uma perspectiva teleológica, um fim fatalmente destinado ou predestinado a cada mortal; em Agostinho, para aqueles resgatados do pecado, o fim seria a *Civitas Dei* (Cidade de Deus).

³ É comum observar que, em muitas análises, atribui-se à Igreja do século IV características que não são constitutivas desse período, mesmo porque a noção de “Igreja” atualmente conhecida é passível de muitas discussões historiográficas quando se trata da Igreja na Antiguidade. No *Heródoto, Suplemento, Unifesp, Guarulhos, n. 1, 2024. p. 32-42.*

Todavia, tem-se que a estrutura eclesiástica nesse período era desprovida de aparatos burocráticos e de hierarquia centrada na figura do “papa”. Segundo McBrien (2008: 99), a noção de papa não era tão clara, pois usava-se apenas a expressão “bispo de Roma”, cuja consolidação como papa efetivou-se somente com Leão I, no século VI.

A ausência de centralismo na figura papal era preenchida por outro mecanismo hierárquico, fundamental para a organização política da Igreja. Essa hierarquia estava organizada nas redes episcopais, constituídas por vários estratos sociais e formadas por grupos de bispos em circunscrições geográficas determinadas e alinhadas por afinidades teológicas, ascéticas ou mesmo econômicas e políticas.

Rapp (2005: 174-175) destaca o aspecto da formação do episcopado, bem como a sua manutenção. A origem social dos bispos poderia ser proveniente tanto de estratos mais aristocratizados, bem como de estratos mais humildes, até mesmo de escravos. Aquela autora explica que a manutenção do episcopado se estabelecia através de vínculos fraternais sólidos. Para suas redes sobreviverem materialmente, os bispos colaboravam para uma espécie de fundo de manutenção, bem como para a formação de prelados. Antes deles se tornarem bispos, grande parte detinha alguma renda devido ao vínculo com algum ofício – eram artesãos, artífices, médicos, tecelões etc. Com isso, doavam proventos financeiros para esse fundo mantido de modo colegiado. Ou seja, no século IV, os bispos passaram, provavelmente, por uma espécie de “profissionalização”, que possibilitou maior força entre o episcopado e granjeou mais influência nas ações do cotidiano entre os fiéis (Rapp, 2005: 176). Desse modo, à medida que esses bispos ingressavam no episcopado, eles formavam o corpo episcopal responsável pela atuação pública da Igreja, até mesmo com representação junto ao Estado romano.

A princípio, não se exigia formação intelectual dos candidatos para o ingresso ao episcopado, cujo principal requisito centrava-se nos aspectos de cunho moral. Com isso, o currículo para se tornar bispo sedimentava-se com maior ênfase na sua vida moral pregressa do que na sua amostragem intelectual. A única exigência intelectual requisitada era que os bispos fossem pelo menos alfabetizados e pudessecompreender minimamente a leitura das Escrituras (Rapp, 2005: 179). No período de Constantino, porém, esse modelo mudou, pois passou a incorporar bispos, na maior parte das vezes, de origem aristocrática, que tinham acesso às letras com mais profundidade. Havia alguns centros que possibilitavam uma formação mínima para os futuros bispos. Orígenes de Alexandria, por exemplo, recebia alunos que eram preparados na arte da retórica, dominavam o grego e o latim, e conhecia os filósofos gregos (Eusébio de Cesareia, 2000: 281). Desses escolas participavam presbíteros, leigos e até mulheres (Eusébio de Cesareia, 2000: 286).

entanto, a tradição institucionalista francesa atribui-lhe, já nesse momento, uma dimensão triunfalista e detentora de plenos poderes frente aos chamados povos pagãos. Cf. Guillemain (1998).

A formação educacional no Império Romano Tardio, após as reformas de Diocleciano e Constantino, passou a ter maior presença entre os setores mais aristocratizados. Em diversas ocasiões, estes recrutavam jovens para ocupar cargos públicos e, nessas circunstâncias, muitos se tornavam bispos. Assim, no universo episcopal, as diferenciações educacionais expressavam-se pela situação geográfica, isto é, os bispos de cidades maiores e urbanizadas tinham mais instrução do que os bispos de cidades menores e ruralizadas (Rapp, 2005: 181).

A localidade geográfica também expressava a composição social do episcopado. Na Itália, grande parte dos bispos era oriunda da aristocracia, sendo uma parte do segmento *curiale* – setores médios municipais da aristocracia – e a outra parte proveniente do segmento senatorial. Entre os séculos III e IV, da fração aristocratizada, a maioria provinha dos curiais, pois, o seu número era superior ao de senadores.

Com a decadência do Império Romano, sobretudo, no período da imigração dos povos germânicos, tanto na Gália como na Itália, grande parte do segmento senatorial, com o temor de perder seu *status quo*, ingressou na vida religiosa ocupando as sés episcopais. Havia um preceito canônico que permitia a ordenação de bispos sem histórico de vida religiosa pregressa. A respeito do acesso de famílias à dignidade de bispo, Rapp (2005: 188-189) explica que tal fenômeno tornou-se mais frequente na Itália no século V. Já na África, a maioria dos bispos não era proveniente dessa base aristocrática.

Não obstante, outro fenômeno detectado por Rapp (2005) é que muitos bispos, embora tivessem pretensões políticas ao ocupar o cargo episcopal devido ao prestígio social, detinham certo fervor pela prática cristã, mesmo que provenientes da aristocracia. Aquele autor aponta dois exemplos: o primeiro, Ambrósio, bispo de Milão, cuja ascendência era nobre, sendo seu pai um *praefectus curiales*. Ambrósio ingressou na vida religiosa com enorme fervor cristão, embora sua família não fosse de tradição cristã; o segundo, Paulino, bispo de Nola, também proveniente da aristocracia. Diferente de Ambrósio, Paulino renunciou à sua riqueza, tornando-se asceta, sendo ordenado diácono e, após dez anos de sacerdócio, tornou-se bispo de Nola. Vale destacar que os exemplos supracitados não eram constantes, pois, grande parte do episcopado sequer tinha qualquer prática ascética.

Para Rapp (2005: 189), o episcopado italiano era o mais afeito à tradição de *nobilitas*. A Igreja italiana tornou-se muito aristocratizada e buscava aumentar seu prestígio entre os fiéis. Nesse sentido, construiu aparatos financiados pelo Estado. O Código de Teodósio possibilitou o estreitamento dessa relação de influência, publicando decretos determinando que os servidores da máquina estatal romana fossem cristãos.

Em 418, no Concílio de Cartago, uma determinação canônica altera o aspecto identitário dos bispos. Antes desse acontecimento, muitos bispos acumulavam funções públicas no Estado. Exerciam o múnus episcopal e, concomitantemente,

eram agentes públicos do Império (Rapp, 2005: 206). Após tal Concílio, os bispos determinaram que o ministério fosse exercido de forma exclusiva, proibindo o acúmulo de funções.

Com isso, vários bispos tiveram que optar por abandonar as funções públicas que exerciam ou deixar o ministério episcopal. Aqueles que não fizessem alguma opção eram sumariamente destituídos da dignidade de bispo e, até mesmo, excomungados da Igreja (Rapp, 2005: 207). Há casos de bispos que usaram sua nobre influência em Roma para lograr junto ao imperador outra função pública, a fim de que, ao abandonar o ministério episcopal, não ficasse desamparado e sem provisões ou renda, mantendo, assim, o padrão de vida aristocrática.

A formação do episcopado configurou a estrutura organizacional da Igreja, nas regiões de maior presença católica, ou seja, na África, na península Itálica e no Oriente helenizado. As redes de bispos, tal como estavam organizadas, demonstravam que a Igreja do século IV não era tão inorgânica quanto parecia, pelo menos no tocante ao corpo do episcopado.

Por isso, compreender essa configuração é parte indispensável para entender a montagem da formação do clero, sobretudo, na Antiguidade Tardia, caracterizada como um período de transição, face à crise romana ocidental, especialmente no momento das incursões germânicas.

Os concílios e as redes episcopais

Após o período dos pais pós-apostólicos, os católicos se empenharam por definir a doutrina cristã. E para definir doutrinas ou dogmas, os bispos reuniam-se em assembleias: sínodos ou concílios⁴. Os primeiros concílios debateram, sem grandes elaborações, qual deveria ser a compreensão da Teologia Ortodoxa. No Concílio de Jerusalém, por exemplo, entre vários problemas teológicos, a questão do pecado foi pouco debatida, embora fizesse parte da pauta de discussão. Bellito (2002: 34-38) menciona que no Concílio de Nicéia, em 325, também pouco se debateu sobre tais questões, pois, o foco era a controvérsia ariana.

Dessa maneira, as redes episcopais se tornaram expressão de força que, em várias situações, chocavam-se com a autoridade do bispo de Roma, o papa, a quem caberia liderar a Igreja – aliás, uma liderança que não tinha muita definição quanto ao alcance de seu poder.

Por isso, nos primeiros séculos do Cristianismo, as redes episcopais eram as “principais peças desse xadrez” denominado Igreja. As relações de tais redes episcopais era o resultado de diversas esferas da vida social, mantendo alguma influência sobre a vida política. Em virtude de uma série de disputas e

⁴ Para maiores informações sobre os concílios, cf. Macmullen (2006). Em sua análise sobre os concílios, aquele autor buscou examinar as relações da Igreja Católica e a incursão de elementos pagãos no seu interior.

controvérsias das mais variadas ordens, os bispos reuniam-se de tempos em tempos também via concílios para dirimir conflitos. Os concílios, dessa forma, tornaram-se uma experiência significativa na formação da Igreja do século IV.

Diante desse contexto, Agostinho não estava alheio a esse foro de disputas. A tradição cristã o “institucionalizou” como porta-voz do partido hegemônico da Igreja, isto é, dos católicos. Nesse sentido, os concílios também eram espaços privilegiados para ecoar os discursos como força da Igreja. A título de exemplo, em maio 431, o papa Celestino I, na linha de seus predecessores, considerou Agostinho como um dos grandes “mestres da Igreja” - importante para preservar “a verdade” para o povo cristão:

Esse homem de santa memória, que é Agostinho, em razão de sua vida e de seus méritos, nós sempre o tivemos em nossa comunhão e jamais o boato de uma suspeita desonesta o prejudicou. **Nós recordamos que possuía tal ciência que meus predecessores sempre o consideraram um dos melhores mestres** (Celestino I, 1846: 530) (grifos meus).

Ou seja, os católicos reconheceram publicamente Agostinho como um dos grandes defensores da ortodoxia. As formulações teológicas do bispo de Hipona, que fundamentavam os princípios da ortodoxia consoante à perspectiva do partido católico, foram legitimadas nesses fóruns. Mesmo depois de sua morte, Agostinho foi relembrado como um dos elaboradores da doutrina católica. Novamente, a título de exemplo, tem-se uma carta do papa Hormisdas, de 13 de agosto de 520, às vésperas do Concílio de Orange, que comenta sobre a doutrina do livre arbítrio e da Graça, quase um século após a morte de Agostinho: “Sobre o livre arbítrio e a graça de Deus, observava-lhe ele, ainda que se possa reconhecer tranquilamente o que a Igreja romana, ou seja, católica, segue e guarda, com base nos diversos livros do bem-aventurado Agostinho [...]” (Hormisdas, 1847: 493).

Seguramente, o anátema foi um dos mecanismos que, com efeito, mais estimulou o cumprimento dos cânones da Igreja em toda a cristandade; e, mesmo que outras redes episcopais não concordassem com a oficialização de alguma tese ou algum decreto, o discurso moral, objetivamente, foi, entre outras coisas, um dos principais mecanismos para dar sentido aos efeitos de poder entre os pares da Igreja, bem como entre a sociedade civil.

Por isso, obter o controle da ortodoxia era fundamental para maior influência nos espaços colegiados, em especial, nos sínodos e concílios. Dessa maneira, questiona-se: a quem mais interessava o controle da moralidade sobre os corpos? Sem dúvida, ao partido católico, pois era ele o detentor político da ortodoxia. Silenciar as vozes dissonantes era o meio de “pacificar” os conflitos existentes no interior da Igreja desse momento.

Por outro lado, o discurso do mal moral também era ressignificado pelos setores contrários aos católicos. As distintas formulações da doutrina do partido católico eram apropriadas por esses segmentos. À guisa de exemplo, tem-se a Igreja donatista, que acreditava na plena pureza dos sacerdotes como meio de

validação dos sacramentos por eles administrados, e os pelagianos, que divergiam da ideia do pecado original.

Evidentemente, a própria Igreja ainda construiria instrumentos que validassem o poder, até mesmo frente ao Estado romano, uma vez que este interferia nos assuntos eclesiásticos. As dificuldades da Igreja, em determinadas situações, encontradas do século IV de fazer valer o poder, em uníssono, é uma das questões mais problemáticas por ela enfrentada. Mesmo porque o próprio grupo hegemônico da ortodoxia não tinha visivelmente a dimensão de uma Igreja constituída de aparato burocrático, que funcionasse como uma rede abrangente de poder.

Dessa feita, Agostinho foi um importante quadro da Igreja de Hipona. Após a conversão, dedicou sua vida ao projeto de institucionalização da Igreja. E os concílios foram eventos acompanhados por ele, participando indiretamente de alguns e pessoalmente de outros, sendo, às vezes, voz decisiva nas votações do colegiado.

Por essa razão, a organização das redes episcopais é um caminho interessante para pensar como a Igreja ganhava força nos séculos IV e V. A falta de centralismo deu condições para o terreno de atuação das redes episcopais. A Gália foi primeiro lugar onde se experimentou o aumento do poder dos bispos. Tal empreitada deveu-se à ocupação dos francos, que haviam removido o poder do Império naquela região. Assim, os bispos passaram a controlar as principais cidades gaulesas. Igualmente, essa experiência se repetia na Germânia. No caso da África, também floresceram as redes episcopais ao longo da Bacia Mediterrânea. No entanto, tinha-se ali um terreno mais complexo em razão das diversas divisões no interior do episcopado, especialmente, por causa dos donatistas que tinham maior influência na região.

Ademais, os discursos de Agostinho, por vezes, mesclam asceticismo e práticas pagãs, servindo ao enquadramento da doutrina moral que a Igreja precisava; isto é, o indivíduo pecador tem sempre a certeza de que Deus é a misericórdia para redimir seus pecados. Isso não quer dizer que o discurso agostiniano fosse conivente com a prática pecaminosa, pois, para ele, o cristão autêntico deveria seguir as prescrições do Evangelho. Mas percebe-se que a Igreja, como mediadora da Graça, tornava-se mais vívida com o discurso de Agostinho, pois, em sua representação, ele forjava uma face eclesial redentora. No entanto, tem-se o seguinte questionamento: como difundir essa representação entre a própria Igreja se não houvesse um foro comum que legitimasse o discurso de Agostinho? Assim, via concílios e sínodos, a ética da santidade em Agostinho foi o trunfo doutrinário da Igreja, como força de mediação e, porque não, silenciamento, das “doutrinas indesejáveis”.

Posto isso, a partir da ideia de Teologia da História de Agostinho, é possível compreender o sentido que ele atribui à sua Igreja. Na *De Civitate Dei*, por exemplo, vale pensar como Agostinho desenha o quadro que explicitará o poder

real da Igreja e a forma de restaurar a criatura do ato pecaminoso, herdada da perda do paraíso. A Teologia da História, sem dúvida, é uma chave agostiniana que realça o horizonte de expectativa cristão, constituído de suas multifacetadas experiências no mundo terreno, rumo à *Civitas Dei*.

Agostinho e a *De Civitate Dei* como legitimação do poder da Ecclesia

Essa seria, segundo Agostinho, a forma de como eles deveriam enxergar a Igreja naquele tempo: de um lado, os pecadores arrependidos que buscam a Cristo, na sua Igreja, e, de outro lado, os pecadores que não se arrependerem e continuam no mundo mortal, liderado pelas forças diabólicas, fora da Igreja. Tal dualismo consiste no mecanismo discursivo pelo qual se estabeleceu a teologia escatológica e teleológica agostiniana. A filosofia neoplatônica dualista influenciou sobremaneira a arquitetura de *A Cidade de Deus*. De um lado, está a “Cidade dos Santos”, destinada às criaturas fiéis à vontade de Deus, a *vita aeterna*; do outro lado, a “Cidade Terrena”, onde se cometem atrocidades, porque é a cidade que se louva, a Cidade do “amor próprio”.

A expressão “*civitas*” é muito usada ao longo de *A Cidade de Deus*. A escolha da palavra “cidade” foi uma estratégia linguística, cujo sentido não se refere à circunscrição geográfica, tal como na grandeza física de Roma, a “dominadora do Mundo Antigo”, ou de qualquer outra cidade. Essa estratégia linguística se deve à elaboração de uma Teologia da História, de ordem universal:

Estendida pela terra toda e nos mais diversos lugares, ligada pela comunhão da mesma natureza, a sociedade dos mortais divide-se com frequência contra si mesma e a parte que domina opõe a outra. Deve-se isso a que cada qual busca a própria utilidade e a própria cupiduz e a que o bem que apetecem não é suficiente para ninguém nem para todos, por não ser o bem autêntico. [...] Mas entre todos os impérios da terra em que a utilidade ou cupiduz terrenas dividiram a sociedade [...] pelo poder e ancestralidade [...] (Santo Agostinho, 2010: 311-312).

Em Agostinho, a questão do universal é um elemento indispensável de sua teologia, para pensar a situação dos cristãos com relação à obra da salvação. Sua premissa parte de uma questão particular para o geral. Ou seja, o universalismo do Cristianismo advém da promessa que Deus-Yahweh fizera ao “povo escolhido”: os judeus. As maravilhas da vida eterna e do reino celestial na *Civitas Dei* – “um novo céu e uma nova terra”, conforme em Ap. 21:1 – foram primeiramente anunciados a eles. Porém, para Agostinho, a salvação não era exclusiva para os judeus, mas alcançavam a todos que cressem nas promessas do Criador e, por isso, os não judeus também se incluem nas suas promessas, desde que cumpram a sua vontade.

As metáforas expressas em *A Cidade de Deus*, apoiadas na retórica romana, propalam a dimensão finalista de Agostinho de como compreender a história. Em realidade, elas querem apontar a permanência da ação do mal imbricado à

natureza humana. As metáforas sugerem um ideal-tipo de figuras, que cumpririam seus destinos fatalmente estabelecidos pela presciência de Deus.

Para Chabannes (1962: 16), Agostinho assinala que há somente um Deus verdadeiro e, por isso, a humanidade está sujeita às suas leis e, inevitavelmente, à sua vontade. “Ele é, em vez disso, o Deus dos deuses pios e santos, os quais se deleitam em homenagear o Deus único, ao invés de receber a homenagem de muitos, e louvar a Deus ao invés de serem louvados no lugar de Deus” (Chabannes, 1962: 16).

Cabe frisar que, ao longo dos 13 anos da escrita da obra, a vida do próprio bispo de Hipona foi pela história. Talvez Agostinho tivesse consciência da importância de seu papel como bispo da Igreja em Hipona, uma vez que seu episcopado era referência para as redes episcopais na África e, de seu lugar de fala, indicava os passos a serem dados para atingir seus interlocutores. A variedade de textos produzidos indicava a possibilidade de interlocução com diversos segmentos de seu tempo.

A Patrística latina ganha substancial musculatura com a obra agostiniana – base para outras formulações teológicas nelas ancoradas. Assim, ao término de suas obras, Agostinho ainda mantinha firme seu báculo para novos enfrentamentos, mesmo nos anos finais de sua vida, já doente, em sua residência em Hipona. Finalmente, em sua teologia da história sintetizava a humanidade.

Considerações finais e Horizontes de Pesquisa

Os estudos dos Cristianismos emergem questões referentes ao delineamento de articulação/disputa entre as redes episcopais ao longo da Bacia Mediterrânea, que indicam realidades diversas – o que implica na ideia de se abordar o Cristianismo no plural. Especificamente no caso africano, sem prejuízo de outras experiências, o esforço de apresentar uma dimensão de historicidade de um “Agostinho político”, adstrito a um “Agostinho antropológico”, utilizando-se de um discurso teológico-filosófico, mas constituído das circunstâncias que compuseram a Igreja cristã de seu tempo, parece um caminho agudo para se pensar o porquê o Ocidente construir um personagem-monumento, como é o seu caso.

Portanto, as linhas aqui expressas buscaram tão-somente abrir, de modo muito incipiente, uma reflexão sobre a dimensão discursiva a partir das historicidades de Agostinho que deram sentido à Igreja, a construção de sua “ortodoxia”, diante de tantos conflitos e discursos entremeados no cabedal de autores da chamada Patrística – neste caso, de linha latina na sua Teologia da História.

Por fim, abrem-se, ao mesmo tempo, outras possibilidades de investigação, como, por exemplo, o confronto do aparato discursivo de Agostinho sobre a

moralidade e poder com outras experiências dessa natureza no Mediterrâneo Tardo-Antigo.

Referências Bibliográficas

- BELLITTO, Christopher. *The General Councils: a history of the Twenty-One Church Councils from Nicaea to Vatican II*. New York: Paulist Press, 2002.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BROWN, Peter. *Santo Agostinho: uma biografia*. Tradução: Vera Ribeiro. 6^a ed. São Paulo: Record, 2011.
- CELESTINO I. *Epistola et Decreta XXI*. Paris: Migne, 1846. (Patrologia Latina 50).
- CHABANNES, Jacques. *Saint Augustine: a popular life of a great saint and the times in which he lived*. Tradução: Julie Kernan. New York: Doubleday, 1962.
- EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*: volume 15. Tradução: Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000. (Coleção Patrística).
- GUILLEMAIN, Bernard. *Les papes d'Avignon: 1309-1376*. Paris: Editions du CERF, 1998.
- HORMISDAS. *Epistola et Decreta LXX*. Paris: Migne, 1847. (Patrologia Latina 63).
- KELLY, John Norman Davidson. *Patrística: origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. Tradução: Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- MACMULLEN, Ramsay. *Voting about God in early Church Councils*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- MCBRIEN, Richard Peter. *The Church: the evolution of Catholicism*. New York: Harper One, 2008.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Antiguidade tardia*. São Paulo: Ática, 1990.
- RAPP, Claudia. *Holy bishops in late Antiquity: the nature of Christian leadership in an age of transition*. Los Angeles: University of California Press, 2005.
- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus: contra os pagãos: parte II*. Tradução: Oscar Paes Leme. 7^a ed. Petrópolis: Vozes, 2010.